



PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - CONSELHEIRO 0001833-97.2011.2.00.0000**Requerente:** Luís Cláudio dos Santos Siliprandi**Requerido:** Tribunal Regional Federal 1ª Região
Anselmo Gonçalves da Silva

RECURSO ADMINISTRATIVO - PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - APURAÇÃO DE CONDUTAS DE MAGISTRADOS DO TRF DA 1ª REGIÃO QUANTO À INSTALAÇÃO DAS SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS DE JARI DO LARANJAL E OIAPOQUE (AP) - CONVERSÃO DO PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS EM RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR - DESPROVIMENTO.

1. O Requerente busca que, no tocante à apuração, supostamente morosa, da conduta de Magistrados do TRF da 1ª Região (Presidente e Diretor do Foro do Amapá), para instalação das Subseções Judiciárias de Jari do Laranjal e Oiapoque, ambas no Amapá, haja conversão do procedimento atinente ao Pedido de Providências em Reclamação Disciplinar, para investigação no âmbito da Corregedoria Nacional de Justiça, uma vez que tal aspecto não teria sido abordado quando da prolação da decisão ora recorrida.

2. A decisão recorrida pontuou que, no concernente à alegada ineficiência administrativa dos gestores responsáveis pela instauração das Varas de Jari do Laranjal e Oiapoque, o adiamento da sua instalação foi autorizada, em razão de reconhecidos óbices técnicos e orçamentários, pelo Conselho da Justiça Federal. Assim, a exemplo da decisão deste sobre quais as localidades que seriam contempladas com as Varas e vagas criadas pela Lei 12.011/09, tais manifestações orbitam na esfera do autogoverno dos Tribunais, encartado no art. 99 da CF, não podendo ser submetidas ao crivo do CNJ pelo prisma da conveniência e oportunidade. Ademais, consoante informações dadas pelo Requerido em processos de mesmo jaez do presente, este apenas procedeu à nomeação dos aprovados para as Varas que terão instalação finalizada até 30/06/11, situação que não ocorreria em relação às Varas do Amapá, que não lograrão funcionamento no mesmo período (cfr. CNJ-PP-0002813-44.2011.2.00.0000, INF11).

3. Pelo expendido, não há nenhuma mácula na decisão recorrida que enseje a sua revisão, sendo patente que, no que é pertinente à questão da nomeação dos aprovados para as Varas do Amapá em comento, o Requerente já havia desistido do procedimento.

Recurso Administrativo desprovido.

I) RELATÓRIO

O Requerente interpõe o presente **Recurso Administrativo**, pleiteando, no tocante ao exame das **supostas condutas irregulares do Presidente do TRF da 1ª Região e do Juiz Diretor do Foro do Amapá para instalação das Subseções Judiciárias de Jari do Laranjal e Oiapoque**, que o **Pedido de Providências** julgado seja **convertido em Reclamação Disciplinar** e encaminhado à Corregedoria Nacional de Justiça, uma vez que o Pleno do CNJ, ao tratar das nomeações dos candidatos do concurso para as Varas aduzidas, negando-as, porquanto inexistentes ainda fiscalmente, não decidiu quanto à apuração das condutas dos Magistrados. Pontua, ainda, que, relativamente às nomeações, não há insurgência neste arrazoado recursal (PET35).

Em **peticionamento posterior** ao Recurso, o Requerente postula, novamente, a apuração da conduta do Presidente do 1º TRF, de não nomeação dos candidatos aprovados no IV Concurso e habilitados para a Vara de Jari do Laranjal (AP), na medida em que esta encontrar-se-ia instalada, conforme fotos que anexa (PET38).

Em outro peticionamento, aponta que o TRF da 1ª Região, segundo o seu cronograma, não poderia prever a instalação da Vara de Jari do Laranjal para outubro de 2011, na medida em que *"já está devidamente pronta, inclusive com os móveis dentro do imóvel, dentre os quais vários computadores que foram comprados com vultosos gastos públicos"*, não havendo, apesar disso, qualquer vigilância do imóvel (PET42).

Em mais um peticionamento, noticia que a Subseção Judiciária de Irecê/BA, para a qual foram nomeados servidores aprovados no concurso, ainda não está pronta e seu expediente externo, assim como o atendimento ao jurisdicionado, foi prorrogado até o dia 1º de agosto de 2011 em razão de reformas no imóvel (PET43).

No terceiro peticionamento após o recurso, o Requerente se manifesta sobre a defesa do segundo Requerido, requerendo a sua punição.

II) FUNDAMENTAÇÃO

O Recurso não merece prosperar, haja vista a **fundamentação da decisão** recorrida para a questão da apuração da conduta dos Magistrados, de aventada morosidade na condução do processo de instalação das Subseções Judiciárias de Jari do Laranjal e Oiapoque, no Amapá. Com efeito, restou assentado *in verbis*:

*"No concernente à alegada **ineficiência administrativa** dos gestores responsáveis pela instauração das Varas de Jari do Laranjal e Oiapoque, tem-se que a decisão de adiamento da sua instalação foi autorizada, em razão de reconhecidos óbices técnicos e orçamentários, pelo Conselho da Justiça Federal. Assim, a exemplo da decisão deste sobre quais as localidades que seriam contempladas com as varas e vagas criadas pela Lei 12.011/09, tais manifestações orbitam na esfera do **autogoverno dos Tribunais**, encartado no art. 99 da CF, não podendo ser submetidas ao crivo do CNJ pelo prisma da conveniência e oportunidade. Eis precedente do CNJ, ilustrativo do aqui pontuado:*

"A matéria relativa ao cronograma de implantação das novas varas da Justiça Federal está expressamente regulada na Lei 12.011/2009 (art. 1º, § 3º), com indicação da quantidade de varas a serem implantadas por ano. Vejamos:

"Art. 1º São criadas 230 (duzentas e trinta) Varas Federais, destinadas, precipuamente, à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e à implantação dos Juizados Especiais Federais no País.

[...]

§ 3º A implantação gradativa, inclusive dos cargos, de que trata o § 2o, será efetuada da seguinte forma: em 2010, 46 Varas; em 2011, 46 Varas; em 2012, 46 Varas; em 2013, 46 Varas; e em 2014, 46 Varas."

Este Conselho Nacional de Justiça não possui competência para a providência de antecipação do cronograma previsto na lei para instalação das novas varas criadas. Também não cabe ao CNJ a intervenção prévia no processo de implantação das novas varas que a lei atribuiu aos Tribunais Regionais Federais.

"2º As Varas de que trata este artigo, com os respectivos cargos de Juiz Federal, Juiz Federal Substituto, cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas, constantes do Anexo, serão implantadas gradativamente pelos Tribunais Regionais Federais, observada a disponibilidade de recursos orçamentários, em consonância com o disposto no § 1o do art. 169 da Constituição Federal."

Destaco que o Conselho da Justiça Federal, no exercício de sua competência de supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal, regulamentou o processo de implantação das novas varas através da Resolução nº 102, de 14 de abril de 2010. No referido ato, o CJF estabeleceu a localização das 230 varas

federais criadas pela Lei 12.011/2009, bem como determinou o cronograma de instalação dessas varas, observando a previsão constante na mesma lei. Vejamos:

"Art. 4º A instalação das varas federais destinadas às respectivas regiões obedecerá ao cronograma constante do Anexo II desta resolução."

(...)

Em face do exposto, com fundamento no artigo 25, X do Regimento Interno do CNJ, não conheço do pedido de providências e determino seu arquivamento (Pedido de Providências nº 0003075-28.2010.2.00.0000)" (grifamos) (CNJ-PP-0006049-38.2010.2.00.0000, Rel. Cons. José Adônis Callou de Araújo Sá, dec. monoc., DJ-e de 18/10/10).

*Assim, pelos fundamentos expendidos, **JULGO IMPROCEDENTE** o pleito. Destarte, fica prejudicado o exame da liminar. Intimem-se. Cópia da presente servirá como ofício" (DEC34).*

Nessa esteira, descabe qualquer conversão do Pedido de Providências em processo disciplinar, na medida em que já foram avaliadas as condutas dos Magistrados neste processo e refutada a ilegalidade delas, mormente porque lastreadas na **autorização dada pelo Conselho da Justiça Federal**, que ratificou os **óbices orçamentários e técnicos**. Caiu-se, portanto, na vala da **incompetência do CNJ** para prosseguir no exame da **conveniência e oportunidade** da instalação das Varas de Jari do Laranjal e Oiapoque.

Pelo prisma de que o imóvel que sediará a Vara de Jari do Laranjal estar pronto, a **argumentação do Requerente é desconexa**, falando em vultosos gastos públicos para colocar computadores e móveis na Unidade, bem como sobre a falta de vigilância do imóvel. Ora, a questão da instalação da Vara estar prevista para depois do prazo dado pelo TRF da 1ª Região em outros processos relativos a outras Varas (por exemplo, Irecê, na Bahia, e Manhuaçu, em Minas Gerais), qual seja, 30/06/11, contando para tanto com os prazos legais para empossamento do nomeado e entrada em exercício, já põe por terra toda a desordenada insatisfação expressada pelo Peticionante. Consoante informações dadas pelo Requerido nos processos mencionados, apenas procedeu à nomeação dos aprovados para as Varas que terão instalação finalizada até 30/06/11, situação que não ocorreria em relação às Varas do Amapá, que não lograrão funcionamento no mesmo período (cfr. CNJ-PP-0002813-44.2011.2.00.0000, INF11).

Quanto ao aspecto da **não nomeação dos candidatos para as Varas de Jari do Laranjal e Oiapoque**, o próprio Peticionante já havia dele **desistido** ao interpor seu Recurso Administrativo, como se infere, *verbis*:

"Cabe ressaltar que o Pedido de Providência tratou de irregularidades contra dois magistrados federais, o Juiz Federal do Amapá Dr. Anselmo Gonçalves da Silva e o Desembargador e Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região Dr. Olindo Herculano de Menezes. Entretanto, o Plenário no último dia 24/05/2011 apenas decidiu sobre o pedido de liminar quanto às nomeações dos candidatos do 4º Concurso, tema este contra o qual o requerente não se insurge no presente recurso." (PET35)

Ainda que não houvesse desistido, a decisão quanto ao **descabimento da nomeação dos candidatos**, mesmo em caráter liminar, foi do **Pleno do CNJ**, não comportando, por isso, qualquer recurso, como dimana do art. 115, § 6º, do RICNJ.

O que exsurge destes autos é a inconformidade do Requerente com o decidido, peticionando compulsivamente, quando, inclusive, já desistiu do aspecto da nomeação.

Diante do exposto, não há nenhuma mácula na decisão recorrida que enseje a sua revisão, razão pela qual **NEGO PROVIMENTO** ao apelo.

Ministro CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Conselheiro



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletrônico PJe 1.4.3**

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **38430**



11091414525600000000000037722